ISSN: 2358-8829

ENSINO MÉDIO INTEGRADO E FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: UMA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA PARA A SUPERAÇÃO DA DUALIDADE EDUCACIONAL

Karla Gonçalves de Oliveira [1]
Iris Freire Costa Belchior [2]
João Eudes Cardim dos Santos [3]
Paulo de Assis Melo [4]
Alano de Morais Correia [5]

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira, historicamente marcada por profundas desigualdades sociais e estruturais, constitui um campo de disputas teóricas, políticas e ideológicas. Nesse cenário, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMI) apresenta-se como uma proposta que tensiona a lógica hegemônica da formação fragmentada ao articular formação geral e formação técnica com vistas à formação humana integral. Essa integração não corresponde à simples justaposição de componentes curriculares, mas pressupõe uma concepção de educação que reconhece a relação entre as diferentes dimensões da vida social.

Ciavatta e Ramos (2011, p. 31) sintetizam esse entendimento ao defender que a integração deve considerar as dimensões fundamentais da existência humana:

> O primeiro sentido que atribuímos à integração expressa uma concepção de formação humana que preconiza a integração de todas as dimensões da vida, o trabalho, a ciência e a cultura no processo formativo

Nessa perspectiva, o horizonte formativo orienta-se pela formação politécnica e omnilateral da classe trabalhadora, de modo a favorecer a apreensão crítica das relações sociais de produção e a compreensão do caráter histórico, dinâmico e contraditório do desenvolvimento das forças produtivas (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 31). A proposta fundamenta-se em referenciais críticos, especialmente no materialismo histórico-dialético,

[1] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: karla.goncalves@ifce.edu.br.
[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: iris.belchior@hotmail.com.
[3] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: jecs77@gmail.com.
[4] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: paulo.melo05@aluno.ifce.edu.br.
[5] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: alano.morais96@aluno.ifce.edu.br.

que compreende a educação como prática social situada e relacionada às condições materiais de existência (PIRES, 1997, p. 87).

As contribuições de Gaudêncio Frigotto, Marise Ramos e Dante Henrique Moura são centrais para esse debate, sobretudo por problematizarem a redução da educação às necessidades imediatas do mercado e defenderem uma formação que articule conhecimento, trabalho e participação social. Nessa direção, Frigotto (2010, p. 45) adverte: "a educação subordinada às demandas do capital tende a reduzir a formação humana à dimensão utilitarista e produtivista".

Partindo desse debate, o presente artigo discute a centralidade da formação humana integral no Ensino Médio Integrado, examinando a dualidade estrutural da educação brasileira e os fundamentos teóricos da formação integrada e omnilateral. Busca-se compreender em que medida essa perspectiva pode se constituir como alternativa contra hegemônica às concepções educacionais que reproduzem a divisão social do trabalho e distribuem desigualmente o acesso ao conhecimento.

2 A DUALIDADE ESTRUTURAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A compreensão do Ensino Médio Integrado exige examinar a dualidade estrutural que historicamente caracteriza a educação brasileira. Essa dualidade manifesta-se na coexistência de percursos formativos desiguais: de um lado, uma educação propedêutica, destinada predominantemente às elites e orientada ao prosseguimento dos estudos; de outro, uma formação profissional voltada às classes trabalhadoras e vinculada, em grande medida, à preparação para o ingresso imediato no mundo do trabalho. Ciavatta e Ramos (2011, p. 28) assinalam:

> No caso do ensino médio e da educação profissional, essa visão dual ou fragmentada expressa-se, historicamente, desde a Colônia, pela reprodução das relações de desigualdade entre as classes sociais, na separação entre a educação geral, como preparação para os estudos superiores, e a preparação imediata para o mercado de trabalho, funcional às exigências produtivas.

[1] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: karla.goncalves@ifce.edu.br.
[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: iris.belchior@hotmail.com.
[3] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: jecs77@gmail.com.
[4] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: paulo.melo05@aluno.ifce.edu.br.
[5] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: alano.morais96@aluno.ifce.edu.br.

A separação entre esses percursos não é apenas uma diferença de organização escolar: expressa a divisão social do trabalho e a distribuição desigual das oportunidades de acesso ao conhecimento. Campello (2009, p. 01) explicita esse caráter classista da organização educacional:

> A dualidade estrutural expressa uma fragmentação da escola a partir da qual se delineiam caminhos diferenciados segundo a classe social, repartindo-se os indivíduos por postos antagonistas na divisão social do trabalho, quer do lado dos explorados, quer do lado da exploração.

A fragmentação educacional reforça a hierarquização dos saberes, conferindo maior prestígio aos conhecimentos teóricos associados à formação acadêmica e restringindo, para parcelas da classe trabalhadora, o acesso aos fundamentos científicos, culturais e humanísticos da atividade produtiva. Como observam Ciavatta e Ramos (2011, p. 27), a dualidade e a fragmentação do ensino médio e da educação profissional têm raízes sociais históricas, não podendo ser compreendidas apenas a partir de sua configuração contemporânea.

Essa estrutura relaciona-se à formação histórica das sociedades de classe, nas quais a educação foi organizada de maneira distinta para os grupos que executam o trabalho e para aqueles que ocupam funções de direção. A trajetória brasileira, marcada pela escravidão e pela valorização social das atividades intelectuais em detrimento do trabalho manual, contribuiu para consolidar essa hierarquia. Conforme a análise apresentada por Ciavatta e Ramos (2011, p. 29), a legislação educacional do período Vargas reforçou a separação entre os percursos formativos:

> Leis Orgânicas do Ensino Industrial e do Ensino Secundário e a criação do Senai, em 1942, determinam a não equivalência entre os cursos propedêuticos e os técnicos.

A industrialização, intensificada a partir da década de 1930, alterou a estrutura econômica e social do país e ampliou a demanda por trabalhadores preparados para os setores urbano e industrial. Esse processo conferiu à educação um papel estratégico na formação da força de trabalho. Fonseca (2010, p. 101) descreve a amplitude das transformações daquele período:

[1] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: karla.goncalves@ifce.edu.br.
[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: iris.belchior@hotmail.com.
[3] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: jecs77@gmail.com.
[4] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: paulo.melo05@aluno.ifce.edu.br.
[5] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: alano.morais96@aluno.ifce.edu.br.

> O país passou, em 1930, por uma de suas mais profundas transformações, que se fez sentir no campo econômico, na esfera social e nas diretrizes políticas. Com a revolução de outubro, o governo provisório assumiu o poder e encetava largas reformas em vários setores da vida nacional. A educação não poderia escapar à sua ação renovadora.

A expansão do ensino profissional, contudo, não eliminou a desigualdade entre os percursos escolares. A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, evidencia a participação da iniciativa privada na preparação de trabalhadores para o sistema produtivo. Moura (2012, p. 9) analisa esse processo nos seguintes termos:

> (…) a criação do SENAI, em 1942, seguida do SENAC, em 1946, e dos demais "S" ao longo das décadas seguintes, revelam a opção governamental de repassar à iniciativa privada a tarefa de preparar "mão-de-obra" para o mundo produtivo. Assim, a partir dessa lógica, o ensino secundário e o normal formariam as elites condutoras do país e o ensino profissional formaria adequadamente os filhos de operários para as artes e os ofícios. Portanto, ratifica-se o caráter dualista da educação e a sua função reprodutora da estrutura social.

Dessa forma, a organização educacional contribuiu para reproduzir a divisão social do trabalho ao estabelecer formas distintas de acesso ao conhecimento. À classe trabalhadora foi frequentemente destinada uma formação instrumental, centrada em habilidades operacionais e nas demandas imediatas do emprego; às elites, uma formação mais ampla, científica, intelectual e humanística, associada à continuidade dos estudos e às funções de direção. Essa diferenciação limita as possibilidades de apropriação crítica da realidade e de participação social em condições de igualdade.

Com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no contexto de redemocratização do país, ganharam força os debates sobre a superação dessa dualidade, especialmente no que se refere à relação entre formação geral e formação técnica. A defesa de uma educação capaz de integrar trabalho, conhecimento científico e formação humana passou a constituir um eixo importante desse debate. Como apontam Sant'Ana e Lemos (2020, p. 137), trata-se de promover uma educação que possibilite aos sujeitos apropriar-se criticamente dos fundamentos científicos e tecnológicos que estruturam o mundo do trabalho.

[1] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: karla.goncalves@ifce.edu.br.
[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: iris.belchior@hotmail.com.
[3] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: jecs77@gmail.com.
[4] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: paulo.melo05@aluno.ifce.edu.br.
[5] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: alano.morais96@aluno.ifce.edu.br.

ISSN: 2358-8829

3 FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E OMNILATERALIDADE

A formação humana integral ocupa lugar central no debate sobre a Educação Profissional e Tecnológica porque desloca a finalidade da educação da mera preparação para uma ocupação para o desenvolvimento amplo dos sujeitos. Educar, nessa perspectiva, significa criar condições para que os estudantes compreendam o mundo em que vivem, reconheçam os processos históricos e sociais que o constituem e participem de sua transformação. Isso requer superar a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual e articular conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e sociais às experiências dos estudantes.

Ciavatta (2005, p. 85, apud RAMOS, 2014, p. 86) explicita o sentido político e formativo dessa integração:

> A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 85).

Essa concepção evidencia que a Educação Profissional e Tecnológica não deve se restringir à preparação técnica e operacional. É necessário assegurar a apropriação dos fundamentos científicos, tecnológicos, históricos e sociais dos processos produtivos, reconhecendo que pensar, planejar, executar e produzir são dimensões relacionadas da atividade humana. A formação integrada, assim, favorece a autonomia intelectual, o pensamento crítico e a participação cidadã, em oposição à lógica utilitarista que subordina a educação às necessidades imediatas do mercado.

Ramos (2014, p. 87) retoma esse princípio ao defender a formação humana integral como possibilidade de superar a divisão social do trabalho entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Essa perspectiva também permite compreender a arte e as diferentes manifestações

[1] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: karla.goncalves@ifce.edu.br.
[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: iris.belchior@hotmail.com.
[3] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: jecs77@gmail.com.
[4] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: paulo.melo05@aluno.ifce.edu.br.
[5] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: alano.morais96@aluno.ifce.edu.br.

culturais como dimensões formativas relevantes, capazes de articular conhecimentos, experiências e práticas sociais. A formação integral, portanto, não se limita ao desenvolvimento de competências profissionais, mas envolve dimensões cognitivas, criativas, éticas, culturais, sociais e políticas.

Na organização curricular da Educação Profissional e Tecnológica, Ramos (2014, p. 88-89) destaca a articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Essas dimensões não devem ser tratadas isoladamente, pois, em conjunto, permitem compreender a produção da existência humana e as transformações sociais. O trabalho, entendido como princípio educativo, constitui atividade por meio da qual os seres humanos transformam a natureza e produzem suas condições de existência; não se reduz, portanto, ao emprego ou à preparação para o mercado.

A ciência corresponde aos conhecimentos sistematizados e historicamente produzidos para compreender fenômenos naturais e sociais. A tecnologia, por sua vez, relaciona-se à mobilização desses conhecimentos na criação de técnicas, instrumentos e processos que transformam a vida e o mundo do trabalho. A cultura compreende valores, costumes, linguagens, saberes e formas de expressão construídos historicamente pelos grupos humanos. Articuladas, essas dimensões permitem aos estudantes compreender os fundamentos científicos e sociais da produção, reconhecer a historicidade das transformações tecnológicas e valorizar a diversidade das experiências humanas.

A noção de omnilateralidade aprofunda esse horizonte formativo. Fundamentada na crítica de Karl Marx à alienação e à fragmentação do trabalho na sociedade capitalista, ela se contrapõe ao desenvolvimento unilateral imposto pela divisão social do trabalho. A formação omnilateral pressupõe que os sujeitos tenham acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e possam desenvolver suas capacidades em múltiplas dimensões. Nessa perspectiva, Frigotto (2024, p. 02) situa o ensino médio e a educação profissional no campo das disputas sociais e políticas:

> Neste acirramento o Ensino Médio e, em particular, o técnico profissional, passaram a ser, cada vez mais, um dos espaços da luta de classe na disputa da formação

[1] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: karla.goncalves@ifce.edu.br.
[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: iris.belchior@hotmail.com.
[3] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: jecs77@gmail.com.
[4] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: paulo.melo05@aluno.ifce.edu.br.
[5] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: alano.morais96@aluno.ifce.edu.br.

> científica e política da juventude em suas clivagens geracionais, de classe e frações de classe.

Para Frigotto (2024, p. 06), a formação omnilateral exige uma organização curricular que integre as diferentes áreas do conhecimento e relacione a história da natureza à história dos seres humanos:

> (…) no plano ontológico, o processo educativo escolar para abranger todas as dimensões da vida humana (omnilateralidade) deverá ter como eixo central necessário a integração ou a conexão entre a natureza e o ser humano ou a "história da natureza" e a "história dos homens", na particularidade das relações sociais capitalistas. Isto implica a organização da matriz curricular que se paute por um equilíbrio entre as ciências da natureza - biologia, física e química etc. e as ciências sociais e humanos - história, geografia, sociologia, filosofia, literatura, arte, educação física etc., como defendia Antonio Gramsci para a escola unitária.

A formação humana integral constitui, assim, uma perspectiva de resistência à dualidade educacional. Ao defender o acesso articulado aos conhecimentos científicos, técnicos, culturais e políticos, ela enfrenta a distribuição desigual dos saberes e amplia as condições para que as juventudes compreendam criticamente as relações sociais. Essa orientação demanda um currículo que ultrapasse a justaposição entre disciplinas propedêuticas e conteúdos técnicos, construindo relações entre os conhecimentos e os processos históricos que lhes dão sentido.

Nesse debate, Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1060) compreendem a politecnia e a formação integrada como possibilidades de enfrentamento da dualidade estrutural. A politecnia não significa apenas acumular conhecimentos ou dominar numerosas técnicas; implica compreender os fundamentos científicos e as relações que conectam os diferentes campos do saber. Kuenzer, citada por Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1064), sintetiza essa compreensão:

> A politecnia supõe uma nova forma de integração de vários conhecimentos, que quebra os bloqueios artificiais que transformam as disciplinas em compartimentos específicos, expressão da fragmentação da ciência. [...] Nessa concepção, evidencia-se que conhecer a totalidade não é dominar todos os fatos, mas as relações entre eles, sempre reconstruídas no movimento da história.

A integração curricular, nessa direção, não se concretiza pela simples reunião de disciplinas gerais e técnicas. Ela exige planejamento pedagógico que explicite as relações

[1] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: karla.goncalves@ifce.edu.br.
[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: iris.belchior@hotmail.com.
[3] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: jecs77@gmail.com.
[4] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: paulo.melo05@aluno.ifce.edu.br.
[5] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: alano.morais96@aluno.ifce.edu.br.

entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, permitindo aos estudantes compreender os fundamentos e as implicações sociais dos conhecimentos que estudam. O objetivo é articular qualificação profissional, formação ética e política e participação cidadã, sem reduzir o processo educativo à adaptação dos sujeitos às exigências do sistema produtivo.

Como sintetiza Frigotto (2012, p. 267), a formação omnilateral requer compreender o ser humano “em todas as dimensões da vida social”, articulando trabalho, ciência, cultura e tecnologia em uma proposta educativa comprometida com a emancipação humana.

Nessa perspectiva, a efetivação da formação omnilateral exige superar a fragmentação do conhecimento e as práticas educativas que subordinam o processo formativo às demandas imediatas do mercado de trabalho. Implica reconhecer os estudantes como sujeitos históricos e sociais, capazes de se apropriar criticamente dos conhecimentos produzidos pela humanidade e de compreender as contradições que estruturam a sociedade. No âmbito do Ensino Médio Integrado, essa concepção pressupõe uma organização curricular que articule os saberes científicos, tecnológicos, culturais e sociais, favorecendo o desenvolvimento da autonomia intelectual, da consciência crítica e da participação política (Frigotto 2012). Assim, a formação humana integral assume um sentido que ultrapassa a qualificação profissional, constituindo-se como um projeto educativo comprometido com a superação das desigualdades sociais e com a construção de condições para a emancipação humana.

Dessa forma, o Ensino Médio Integrado, fundamentado na formação humana integral e na perspectiva omnilateral, apresenta-se como uma proposta de educação emancipatória para a classe trabalhadora, na medida em que pressupõe uma formação que ultrapassa a aquisição de conhecimentos e habilidades destinados ao desempenho de funções específicas no mercado de trabalho. Trata-se de assegurar aos estudantes o acesso aos conhecimentos científicos, tecnológicos, históricos, artísticos e culturais produzidos pela humanidade, articulando trabalho, ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis do processo formativo. Nessa concepção, a educação profissional não se limita à preparação para o exercício de uma ocupação, mas busca promover o desenvolvimento das múltiplas

[1] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: karla.goncalves@ifce.edu.br.
[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: iris.belchior@hotmail.com.
[3] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: jecs77@gmail.com.
[4] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: paulo.melo05@aluno.ifce.edu.br.
[5] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: alano.morais96@aluno.ifce.edu.br.

capacidades humanas, favorecendo a autonomia intelectual, o pensamento crítico e a compreensão das contradições que estruturam a sociedade. Assim, ao reconhecer a classe trabalhadora como sujeito histórico e detentora do direito a uma formação ampla, o Ensino Médio Integrado assume um horizonte contra hegemônico, comprometido não apenas com a inserção profissional, mas também com a participação consciente na vida social e com a transformação das condições que reproduzem as desigualdades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite compreender que a dualidade estrutural da educação brasileira não constitui um fenômeno restrito à organização dos sistemas de ensino ou às escolhas metodológicas e curriculares, mas expressa as contradições históricas que atravessam a sociedade de classes e a divisão social do trabalho. A separação entre formação propedêutica e formação profissional consolidou percursos educativos diferenciados conforme a posição social dos sujeitos, restringindo, historicamente, o acesso da classe trabalhadora a uma formação científica, cultural e humanística ampla. Sob essa perspectiva, a desigualdade educacional não pode ser compreendida de maneira isolada das relações econômicas, políticas e sociais que condicionam a produção e a distribuição do conhecimento.

O materialismo histórico-dialético oferece fundamentos para compreender essa problemática em sua historicidade, evidenciando que a educação é constituída pelas relações sociais e, simultaneamente, pode participar dos processos de transformação da realidade. Embora a escola esteja inserida em uma sociedade marcada por interesses de classe e contradições estruturais, ela não se reduz à reprodução passiva da ordem vigente. As disputas em torno de suas finalidades, de seus currículos e das formas de acesso ao conhecimento revelam a possibilidade de construção de práticas educativas comprometidas com a democratização do saber e com a formação crítica dos sujeitos. É nesse campo de contradições que se insere o Ensino Médio Integrado, cuja relevância está associada à

[1] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: karla.goncalves@ifce.edu.br.
[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: iris.belchior@hotmail.com.
[3] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: jecs77@gmail.com.
[4] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: paulo.melo05@aluno.ifce.edu.br.
[5] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: alano.morais96@aluno.ifce.edu.br.

possibilidade de questionar a fragmentação historicamente estabelecida entre educação geral e formação profissional.

A discussão evidenciou, ainda, que a formação humana integral não se efetiva pela simples coexistência de disciplinas gerais e técnicas em uma mesma estrutura curricular. A integração pressupõe uma concepção formativa que articule organicamente trabalho, ciência, tecnologia e cultura, reconhecendo essas dimensões como constitutivas da produção da existência humana. O trabalho, compreendido como princípio educativo, possibilita analisar os processos de transformação da natureza e de organização da vida social; a ciência contribui para a apropriação dos conhecimentos historicamente sistematizados; a tecnologia permite compreender os fundamentos e as transformações dos processos produtivos; e a cultura expressa os modos de vida, os valores, os saberes e as manifestações simbólicas construídos pelos diferentes grupos sociais. A articulação dessas dimensões favorece a compreensão da realidade em sua totalidade e permite superar abordagens pedagógicas que dissociam o conhecimento de suas condições históricas e sociais de produção.

Nesse horizonte, as concepções de politecnia e omnilateralidade constituem referências fundamentais para problematizar a formação restrita ao desenvolvimento de competências instrumentais e à adaptação dos estudantes às exigências imediatas do mercado de trabalho. A perspectiva politécnica busca assegurar a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos que sustentam os diferentes processos produtivos, enquanto a formação omnilateral aponta para o desenvolvimento das capacidades humanas em suas múltiplas dimensões. Ambas se contrapõem à fragmentação entre trabalho manual e intelectual e à distribuição desigual dos conhecimentos, defendendo uma educação que reconheça os estudantes como sujeitos históricos, sociais e culturais, capazes de interpretar criticamente as relações de produção e participar conscientemente da vida coletiva.

O caráter contra-hegemônico do Ensino Médio Integrado reside, portanto, não apenas em sua organização curricular, mas no projeto de sociedade e de formação humana que orienta sua realização. Ao reivindicar o acesso universal ao conhecimento científico,

[1] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: karla.goncalves@ifce.edu.br.
[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: iris.belchior@hotmail.com.
[3] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: jecs77@gmail.com.
[4] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: paulo.melo05@aluno.ifce.edu.br.
[5] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: alano.morais96@aluno.ifce.edu.br.

tecnológico, artístico e cultural, essa proposta questiona a ideia de que a formação da classe trabalhadora deva se limitar à preparação para o exercício de ocupações profissionais. Seu horizonte é assegurar uma formação que articule a compreensão crítica do mundo do trabalho, o desenvolvimento intelectual, a participação política e o exercício da cidadania. Isso não significa desconsiderar a dimensão profissional da educação, mas compreendê-la para além das demandas conjunturais do mercado, vinculando-a à apropriação dos conhecimentos necessários à compreensão dos processos produtivos e das relações sociais que os constituem.

Entretanto, o reconhecimento desse potencial não permite pressupor que a integração formativa se realize automaticamente pela adoção da modalidade de Ensino Médio Integrado. Sua efetivação depende de condições institucionais, políticas e pedagógicas que favoreçam o planejamento coletivo, a articulação entre áreas do conhecimento, a formação continuada dos profissionais da educação e a construção de práticas curriculares interdisciplinares. Exige, igualmente, o enfrentamento de concepções educacionais que subordinam o currículo à empregabilidade imediata e à adaptação dos indivíduos às necessidades do sistema produtivo. Desse modo, a consolidação de uma perspectiva integrada demanda compromisso político-pedagógico, condições materiais adequadas e coerência entre os princípios declarados nos projetos institucionais e as práticas efetivamente desenvolvidas no cotidiano escolar.

Diante disso, conclui-se que a superação da dualidade educacional brasileira permanece como um desafio histórico e político que ultrapassa os limites da instituição escolar, pois está relacionada às próprias contradições da sociedade capitalista. O Ensino Médio Integrado, fundamentado na formação humana integral, na politecnia e na omnilateralidade, representa uma possibilidade de enfrentamento dessas contradições ao defender o direito da classe trabalhadora a uma educação que não fragmente o conhecimento nem dissocie a formação profissional do desenvolvimento humano. Sua contribuição para a emancipação, contudo, depende da continuidade das disputas em defesa de uma educação pública, democrática e socialmente referenciada, comprometida com a apropriação crítica do conhecimento e com a transformação das relações sociais. Assim, mais do que uma

[1] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: karla.goncalves@ifce.edu.br.
[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: iris.belchior@hotmail.com.
[3] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: jecs77@gmail.com.
[4] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: paulo.melo05@aluno.ifce.edu.br.
[5] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: alano.morais96@aluno.ifce.edu.br.

alternativa de organização do ensino, o Ensino Médio Integrado deve ser compreendido como um projeto formativo em permanente construção, cujo horizonte consiste em criar condições para que os sujeitos compreendam criticamente a realidade, reconheçam as contradições que a constituem e participem de sua transformação histórica.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, Ana Margarida. Dualidade educacional. In: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, [s. d.]. Disponível em: https://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/duaedu.html. Acesso em: 11 maio 2026.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. Retratos da Escola, Brasília, DF, v. 5, n. 8, p. 27–41, jan./jun. 2011. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article. Acesso em: 13 abr. 2026.

FONSECA, Celso Suckow da. [Título da obra a confirmar]. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores). ISBN 978-85-7019-528-9. Disponível em: https://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?co_midia=2&co_obra=205198&select_action=. Acesso em: 15 maio 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 2010.

MOURA, Dante Henrique. Educação profissional e ensino médio integrado. Natal: IFRN, 2012.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, out./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XBLGNCtcD9CvkMMxfq8NyQy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 maio 2026.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 83–94, ago. 1997. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/657c1be2-4cdd-4034-8eb4-b140b6abe485/content. Acesso em: 15 abr. 2026.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

[1] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: karla.goncalves@ifce.edu.br.
[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: iris.belchior@hotmail.com.
[3] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: jecs77@gmail.com.
[4] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: paulo.melo05@aluno.ifce.edu.br.
[5] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: alano.morais96@aluno.ifce.edu.br.